

Diário Económico

13-07-2015

Periodicidade: Diário**Classe:** Economia/Neócios**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 18714**Temática:** Banca/Seguros**Dimensão:** 1146**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 16/17

Carlos

Reforço da capitalização dos bancos e movimento de consolidação serão prioridades nos próximos cinco anos.

**Marta Marques Silva
e Filipe Alves**

marta.marquessilva@economico.pt

Carlos Costa, que foi formalmente reconduzido para um segundo mandato à frente do Banco de Portugal na sexta-feira, anunciou as prioridades para os próximos cinco anos, mas deixou também duras críticas ao que apelidou de “insuficiência de valores” actualmente vigente nas instituições.

“Hoje, o desafio da supervisão é o de não cair na ilusão de que as instituições são virtuosas e as-



O actual presidente do Novo Banco, Stock da Cunha, cumprimenta o governador reconduzido no cargo.

SUPERVISÃO

Montepio sob análise

O Banco de Portugal (BdP) está a analisar a idoneidade da equipa de administradores da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), liderada por Tomás Correia, e a tentar perceber de que forma se processou o financiamento a empresas do Grupo Espírito Santo (GES). Se houver suspeitas de indícios criminais o caso seguirá para o Ministério Público, avançou o jornal "Público" na sua edição de sábado. "A acção do BdP, que está a escrutinar também a intervenção de Almeida Serra, o gestor com o pelouro da análise de crédito e da gestão risco, inscreve-se no braço-de-ferro que existe entre supervisor e regulado com vista à clarificação da governação do grupo mutualista", escreve o jornal. Já a CMVM vai realizar uma acção de supervisão presencial no Montepio, confirmou ao Económico fonte oficial do supervisor do mercado de capitais, em reacção a uma notícia avançada pela edição online do semanário "Sol".

Costa quer rever modelos de governo da banca

sentam em valores e princípios que visam o equilíbrio dos diferentes interesses em presença e, sobretudo, o interesse geral", afirmou. Adiantando que a autorregulação foi uma "ilusão que se revelou mortífera". Por isso mesmo, além das preocupações de carácter macroprudencial, como o reforço da capitalização dos bancos ou a antecipação de um movimento de consolidação à escala europeia, Carlos Costa inclui também o reforço do modelo de governo das instituições na sua lista de prioridades para os próximos cinco anos.

Um reforço que deverá incidir essencialmente sobre "a competência, capacidade e autonomia das funções de avalia-

ção e gestão do risco, de controlo e de 'compliance' e auditoria interna". Mas também sobre a transparência das decisões estratégicas, "de forma a proteger os interesses não representados, sejam os accionistas minoritários, sejam os depositantes, seja o público em geral". Em suma: "É necessário fortalecer os mecanismos de auditoria da qualidade e da integridade da informação e reforçar significativamente as sanções aplicáveis às fraudes e às falhas nestas áreas". Lições de uma crise recente.

Consolidação à escala europeia será inevitável

A necessidade de alterar a cultura vigente na banca em Por-

tugal não basta, no entanto, para garantir a estabilidade do sistema financeiro. É preciso reforçar a capitalização dos bancos de forma a garantir uma adequada cobertura de riscos, actuais e futuros, e é necessário assegurar a sustentabilidade dos modelos de negócio, nomeadamente através da adopção de uma estrutura de custos

Boa parte da intervenção de Carlos Costa centrou-se no que é preciso fazer para evitar novos colapsos na banca.

adequada à sua capacidade de gerar receita. Uma tendência de redução da dimensão das instituições que já se encontra aliás em curso. O mesmo se pode dizer dos reforços de capital, que têm sido uma variável muito efectiva nos últimos anos.

Mas Carlos Costa alerta também para a necessidade de antecipar tendências futuras, como é o caso da consolidação do sistema bancário à escala europeia, uma "consequência necessária da criação de uma união bancária", diz.

Em curso está ainda a desalavancagem do sector empresarial perante a banca, que é necessário que se faça de forma controlada. Para isso, Carlos

Costa garante que irá incentivar os bancos a adoptar uma atitude activa de gestão do risco de crédito sempre que ultrapassados níveis críticos de dependência financeira por parte de cada empresa. Como? "Por exemplo, exigindo reforço dos capitais próprios, cedendo a dívida a investidores interessados em participar no capital das empresas ou convertendo a dívida em capital próprio". O Banco de Portugal equaciona ainda vir a "aplicar maiores ponderadores de risco, e por consequência, de consumo de capital, para exposições consideradas excessivas, de forma a desincentivar uma alavancagem insustentável", afirmou o governador. ■